

**SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 94/26**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 7.716/1989, de 05/01/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional;
- Lei Federal nº 9.459/1997, de 13/05/1997, que altera a Lei 7.716/1989 para incluir expressamente a discriminação por religião e tipificar condutas;
- Lei Federal nº 11.635, de 27/12/2007, que institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa;
- Lei Federal nº 10.825, de 22/12/2003, que reconhece as organizações religiosas como pessoas jurídicas de direito privado, garantindo autonomia;
- Lei Federal nº 14.845, de 24 de abril de 2024, reconhece como manifestação da cultura nacional os blocos e as bandas de carnaval;
- Constituição do Estado de São Paulo;
- Lei Estadual nº 15.365, de 21 de março de 2014, que institui o "Dia Estadual da Liberdade Religiosa";
- Lei Estadual nº 17.346, de 12/03/2021, que institui a Lei Estadual de Liberdade Religiosa no Estado de São Paulo e dá outras providências;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do município de São Paulo,
- Lei Municipal nº 14.954, de 13 de julho de 2009, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia do Combate à Intolerância Religiosa, a ser realizado, anualmente, no dia 21 de janeiro, e dá outras providências;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 15.383, de 13 de junho de 2011, que altera a lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a comemoração da Semana Cultura da Paz, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 16.186, de 23 de abril de 2015, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Marco da Paz, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 16.402 de 22 de março de 2016, disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no município de São Paulo, de acordo com a LEI nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – plano diretor estratégico (PDE).

- Lei Municipal nº 16.357, de 06 de janeiro de 2016, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, pra incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 16.633, de 17 de abril de 2017, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de eventos da Cidade de São Paulo o Encontro da Paz, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 17.463, de 9 de setembro de 2020, que institui o Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa – COMPLIR.

PL 255/2025 Institui o Programa de Respeito à Religião em Eventos Culturais no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 1104/2025 Institui a Política Municipal de Proteção à Liberdade de Fé da Juventude Cristã no âmbito das instituições de ensino públicas e conveniadas do Município de São Paulo.

PL 371/2025 Dispõe sobre a criminalização de condutas que atentem contra a moral e os princípios das religiões de matriz cristã no município de São Paulo, estabelece a reparação por dano moral à imagem das religiões em caso de ofensa pública e dá outras providências.

PL 142/2026 Dispõe sobre a regularização, proteção, deveres e fiscalização para terreiros de matrizes africanas.

PL 362/2025 Reconhece as casas e comunidades tradicionais de matrizes africanas, indígenas e quilombolas como espaços de saúde, assistência, bem-estar e acolhimento no Município de São Paulo, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 582/2024 Autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o Conselho Municipal Popular Participativo Contra o Racismo Religioso, no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 182/2024 Institui o Programa Municipal de Combate ao Racismo Religioso no Município de São Paulo e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 13 de abril de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068